

**Secretaria Municipal de Saúde**

(Termo de Referência 2025)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

A presente demanda visa à aquisição de 01 (uma) ambulância zero quilômetro, equipada conforme as exigências da legislação vigente, destinada ao atendimento das demandas de saúde pública do município de Unai/MG, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 18/2025.

Item	Descrição	Qt.	Valor Unitário	Valor total
			Média	
01	<b>AMBULÂNCIA TIPO A SIMPLES REMOÇÃO FURGONETA (PORTE PEQUENO). FINALIDADE: SIMPLES REMOÇÃO COM 1 MACA, MÍNIMO 1750 MM COMPRIMENTO. MOTORIZAÇÃO: 1000 CC A 1800 CC / COMBUSTÍVEL: FLEX (GASOLINA E ETANOL) COM POTENCIA MINIMO DE 85 CAVALOS DIREÇÃO: HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICA, ORIGINAL DE FÁBRICA. DIMENSÕES: COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO: 4.000 MM / DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE EIXOS: 2.600 MM / CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA: 650 KG / COMPRIMENTO MÍNIMO DE SALÃO DE ATENDIMENTO: 1.600 MM / ALTURA INTERNA MÍNIMA DO SALÃO DE ATENDIMENTO: 1.200 MM / LARGURA INTERNA MÍNIMA: 1.000 MM / LARGURA EXTERNA MÁXIMA: 2.000 MM. FREIOS COM SISTEMA ANTI-BLOQUEIO (ABS) NAS QUATROS RODAS. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN; CABINE/CARROCERIA: PORTAS EM CHAPA, C/ REVESTIMENTO INTERNO EM POLIESTIRENO, C/ FECHOS INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E DE ABERTURAS DE FÁCIL ACIONAMENTO. ALTURA INTERNA DO VEÍCULO DEVE SER ORIGINAL DE FÁBRICA. O PNEU ESTEPE NÃO DEVE SER ACONDICIONADO NO SALÃO DE ATENDIMENTO. SIST. ELÉTRICO: ORIGINAL DO VEÍCULO, C/ MONTAGEM DE BATERIA DE NO MÍN 60 AH DO TIPO SEM MANUTENÇÃO, 12 VOLTS. O SIST. ELÉTRICO DIMENSIONADO P/ O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS ESPECIFICADOS DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS, QUER C/ A VIATURA EM MOVIMENTO QUER ESTACIONADA, SEM RISCO DE</b>	01	R\$ 156.666,66	R\$ 156.666,66



**UNAÍ**  
**P R E F E I T U R A**

Saúde

**SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES.**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Setor de Transporte Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde realiza, diariamente, o deslocamento de pacientes para consultas, exames, internações, tratamentos contínuos e procedimentos especializados dentro e fora do município, inclusive em cidades-polo como Paracatu, Belo Horizonte e Brasília. A frota atual encontra-se sobrecarregada e, em alguns casos, com veículos em manutenção frequente, o que compromete a eficiência e a continuidade dos serviços. A aquisição de nova ambulância visa garantir o suporte adequado ao transporte assistido de pacientes, sobretudo aqueles em condições clínicas que exigem estrutura mínima de suporte e segurança.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**Solução recomendada:**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ambulância já adaptada, pronta para uso, com entrega técnica, documentação, emplacamento e assistência técnica.

**Justificativa para não parcelamento:**

O objeto é único e indivisível, tratando-se de um bem completo e especializado. Parcelar a contratação, adquirindo o veículo em um contrato e a adaptação em outro, acarretaria:

- Fragmentação indevida da despesa, contrariando princípios da legalidade e economicidade;
- Risco de incompatibilidade técnica;
- Perda de garantia do fabricante;
- Aumento do prazo e custo total da entrega.

Assim, a solução mais adequada é a aquisição do bem completo, com fornecimento integrado.

**4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DO VEÍCULO**

AUTOMÓVEL TIPO AMBULÂNCIA, 0KM - Automóvel 0 KM, tipo utilitário, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, movido à álcool/gasolina, injeção eletrônica de combustível, cor branca, câmbio de 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) à ré, Hill holder (Assistente de partida em rampa), ESC (Controle Eletrônico de Estabilidade), Alerta de frenagem de emergência, Ano / Modelo não inferior a 2023/2024; Equipado com: carroceria confeccionada em aço, Estrutura dos assentos (motorista e acompanhante) e da cabine, originais de fábrica, regulagem dos assentos original de fábrica, sem porta lateral corredeira, assento para acompanhante / enfermeiro revestido em courvin, piso lavável, colchonete revestido em courvin, conjunto sinalizador acústico visual, divisória entre a cabine e o

Rua Calixto Martins de Melo, 249.

Centro / Unaí – MG / CEP 38610-039

Tel.: 38 3677-5049 ou 3677-4988

E-mail: saude@prefeituraunai.mg.gov.br



compartimento traseiro, ar condicionado no compartimento traseiro, iluminação interna, ventilação interna forçada no compartimento do paciente, maca retrátil, revestida em courvin com 02 cintos de fixação do paciente e 04 rodízios, suporte para soro / sangue, suporte p/ cilindro de oxigênio, vidros verdes, Equipado: Ar- condicionado na cabine e no compartimento traseiro, Direção Hidráulica, vidros e travas elétricas tudo original de fábrica. Airbag duplo, freios ABS nas quatro rodas, porta objetos no teto da cabine, retrovisores externos com controle interno, janelas corrediças nas laterais do veículo, vidros verdes, pneu estepe, tapetes de borracha original, protetor de motor e demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

#### **5. EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS (instalados e funcionando)**

- 01 maca retrátil com rodas e cinto de segurança;
- 01 suporte para soro;
- 01 cilindro de oxigênio fixo com capacidade mínima de 16 litros;
- 01 suporte para cilindro de oxigênio portátil;
- 01 banco lateral para no mínimo 2 acompanhantes, com cintos de segurança;
- 01 armário para acondicionamento de medicamentos e materiais;
- 01 sistema de iluminação interna e externa;
- Sirene e sinalizador visual (giroflex);
- Tomada 12V na parte interna da ambulância;
- Revestimento interno lavável, resistente a produtos de limpeza hospitalar.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **6.1. ENTREGA E PRAZO**

- 6.2. Local de entrega: Secretaria Municipal de Saúde de Unaí/MG ou local indicado pela Administração;
- 6.3. Prazo de entrega: até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, a contratada deverá entregar o veículo em perfeitas condições de uso, com todos os itens descritos, documentação legal, emplacado e licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Unaí/MG.
- 6.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

##### **Recebimento do Objeto**

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega,



**UNAI**  
**P R E F E I T U R A**

Saúde

para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2(dois) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2(dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.



7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam



**UNAI**  
**PREFEITURA**

Saúde

acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização, na modalidade dispensa de licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**UNAI**  
**PREFEITURA**

Saúde

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva





**UNAI**  
**PREFEITURA**

Saúde

com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 156.666,66 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos). Conforme valores unitários dos itens contados ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

9.2. A despesa será custeada com recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 18/2025, especificamente destinada para a aquisição do referido bem.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 02.06.04 – Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Fonte de Recursos: 1500 E FICHA 795

Rua Calixto Martins de Melo, 249.  
Centro / Unai – MG / CEP 38610-039  
Tel.: 38 3677-5049 ou 3677-4988  
E-mail: saude@prefeituraunai.mg.gov.br



**UNAI**  
**P R E F E I T U R A**

Saúde

III) Programa de trabalho: manutenção dos serviços do setor de transporte hospitalar

IV) Emenda nº18/2025 no valor de: R\$ 155.000,00(cento e cinquenta e cinco mil reais) nesse sentido será feita contrapartida financeira por parte do município no valor de R\$ 1.666,66 (mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Unai-MG, 17 de Julho de 2025

Denismare De Souza Guimarães  
Auxiliar Administrativo  
Matrícula: 142745

---

**Denismare de Souza Guimarães**  
Auxiliar Administrativo

José Juliano Espíndula  
Secretário Municipal  
da Saúde Unai-MG

---

**José Juliano Espíndula**  
Secretário Municipal da Saúde